

Biênio 2018 / 2020 - Novembro

109|2018

www.amp.com.br

Membros do MP terão assistência médico-hospitalar

PG 4

AMMP NOTÍCIAS



Mobilização do MP conquista recomposição salarial

Editorial

Caros associados,

Conforme amplamente debatido por toda sociedade e fruto de um hercúleo trabalho associativo, finalmente foi aprovado e sancionado o projeto de lei visando à recomposição dos subsídios dos Ministros do STF e Procurador-Geral da República no percentual de 16,34%.

A AMMP, CONAMP e demais associações das magistraturas ministerial e judicante acompanharam toda a tramitação da matéria nas casas legislativas e junto ao Poder Executivo. Foi um trabalho de fôlego e que exigiu muito empenho de cada um de nós. Trata-se de uma grande conquista para todos os associados, em que pese ainda permanecer uma defasagem salarial desde a implementação do regime de subsídio de cerca de 30%. A recomposição não se confunde com aumento salarial. Entretanto, enquanto tal conscientização não aflorar na cabeça de autoridades e sociedade, teremos que conviver com ataques injustos.

Na esfera estadual, outra importante vitória foi alcançada. Foi aprovado, em segundo turno, na Assembleia Legislativa, o PLC 78/2018, que dispõe sobre a assistência médico-hospitalar aos membros do MP e seus dependentes. Nada mais justo agradecer aos associados, que buscaram o diálogo permanente com os parlamentares de suas regiões, e à Administração.

Novembro também foi marcado pelas eleições internas. A AMMP fomentou debates entre os candidatos e entrevistas, a fim de subsidiar os eleitores à escolha. A votação ocorreu no dia 13, o candidato Antônio Sergio Tonet foi o mais votado com 613, seguido Waldemar Antônio de Arimateia com 477, Gisela Potério Santos Saldanha com 416, e Márcio Luís Chila Freyesleben com 262. Encaminhada a lista tríplice ao Governador do Estado, foi escolhido para o biênio 2019/2020 o Procurador de Justiça Antônio Sérgio Tonet. A posse perante o Governador ocorreu no dia 20/11/2019, no Palácio do Governador. Já a sessão solene de posse, bem como a entrada em exercício do novo procurador-geral de Justiça, ocorreu no dia 4 de dezembro, às 19h, na Sala Minas Gerais (Orquestra Filarmônica).

Depois de discorrer brevemente sobre as questões Institucionais, não podemos nos esquecer da nossa tradicional festa de fim de ano que sempre conta com o entusiasmo dos associados.

E, em homenagem especial aos nossos aposentados e pensionistas, fizemos o nosso tradicional chá mensal com um formato mais festivo em dezembro. Excepcionalmente, o encontro ocorreu na primeira quarta-feira do mês, dia 05/12, com complementos etílicos, além de um show especial com o cantor Daniel Bravo.

A Diretoria



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidente:
Enéias Xavier Gomes

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma
publicação da
Associação Mineira do
Ministério Público

1º vice-presidente:
José Silvério Perdigão de
Oliveira

2º vice-presidente:
Larissa Rodrigues Amaral

3º vice-presidente:
Luiz Felipe de
Miranda Cheib

4º vice-presidente:
Hugo Barros de Moura Lima

1º diretor administrativo:
Fabrício Marques Ferragini

2º diretor administrativo:
Fabiano Ferreira Furlan

1º diretor financeiro:
Eduardo Francisco
Lovato Bianco

2º diretor financeiro:
Francisco Chaves Generoso

Responsáveis pela edição
Jornalista responsável
Guilherme Reis
(MG 174.031)

Repórteres
Bárbara Peixoto
(MG 0018414)

Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Bárbara Peixoto

Tiragem
1.000 exemplares

Mobilização da classe conquista recomposição salarial



O presidente Michel Temer sancionou, no dia 26 de novembro, os PLCs 27/2016 e 28/2016, que recompõem em 16,38% os vencimentos dos ministros do STF e do Procurador-Geral da República. A medida não tem caráter retroativo.

A luta pela recomposição salarial da classe, que já somava defasagem superior à 40%, foi motivo de forte articulação da AMMP, CONAMP e da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS). Ao longo dos últimos anos, as entidades buscaram dialogar com representantes do Parlamento e Executivo para expor a necessidade de valorização.

A mobilização da diretoria da AMMP, iniciada em 2016, quando os PL's começaram a tramitar na Câmara, foi mantida até a votação das matérias no Senado. No último dia 8 de novembro, a partir do momento em que os textos entraram na pauta da Casa, a direção da Associação intensificou visitas aos senadores para reforçar a urgência da aprovação. A revisão remuneratória terá impacto significativo, também, para aposentados e pensionistas.

Além da defesa dos membros do Ministério Público e da Magistratura, as entidades que compõem a FRENTAS realizaram trabalho de informar melhor a sociedade e a imprensa sobre o assunto.

No dia 13 de novembro, a FRENTAS divulgou Nota Pública para destacar que o impacto nas contas da União "será absorvido pela economia e pelo remanejamento de rubricas orçamentárias diversas". "Ao contrário do noticiado por alguns órgãos de imprensa, o impacto orçamentário decorrente da revisão dos valores dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República respeita os limites orçamentários do Poder Judiciário e do Ministério Público, como fixados pela EC n. 95/2016, e os respeitará, nos Estados, no que toca à Lei de Responsabilidade Fiscal. No que toca à União, o impacto será absorvido pela economia e pelo remanejamento de rubricas orçamentárias diversas, sem exceder os limites

constitucionais individualizados em vigor; e sequer poderia se fazer de outro modo, sob pena de determinar-se, adiante, a própria inaplicabilidade da regra do art. 37, X, CF (art. 109, I, do ADCT)".

Já no dia 19 de novembro, a FRENTAS realizou coletiva de imprensa, na sede da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), para esclarecer os aspectos que envolveram a aprovação dos PLCs. Na ocasião, o coordenador do grupo e presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, ressaltou que a recomposição salarial é prevista pela Constituição Federal. "Trata-se de um direito que está se perdendo ou, de alguma maneira, sendo indevidamente reconfigurado. Estamos falando de servidores públicos em sentido lato, inclusive os agentes políticos, como são os membros da Magistratura e do Ministério Público. Desde a reforma administrativa, de 1998 (EC 19), estabeleceu-se que esses servidores deveriam ter uma revisão geral anual, o que não significa necessariamente reposição integral da inflação, mas alguma reposição. Esse é um direito que todo servidor deveria ter e que não vinha sendo observado pelo Congresso Nacional."

Auxílio-moradia

No dia 28 de novembro, a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, ajuizou agravo interno contra a decisão do Ministro do STF, Luiz Fux, que, a partir da aprovação da recomposição salarial no Senado, revogou as tutelas antecipadas e suspendeu a Resolução nº117/2014 do CNMP, relativas ao pagamento do auxílio-moradia a membros do Ministério Público, determinando ainda que "a cessação do pagamento do auxílio-moradia só ocorra quando do implemento financeiro no contracheque do subsídio majorado pelas Leis nº 13.752/2018 e nº 13.753/2018".

Raquel Dodge argumentou no agravo que a decisão de Fux não poderia incluir o Ministério Público. "Sem questionar o mérito da decisão agravada, pretende-se assegurar ao Ministério Público que, dentro da estrita legalidade processual, só seja obrigado a algo, mediante determinação judicial, se for de algum modo parte em um processo."

Fux é relator de seis ações que discutem a constitucionalidade do auxílio-moradia na Corte. Após pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o ministro enviou, em março, o impasse para a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, da Advocacia-Geral da União.

O assunto foi debatido durante 3 meses no órgão, que sugeriu como solução a recomposição salarial por meio do aumento do teto remuneratório do serviço público ou a aprovação no Congresso Nacional de uma proposta de emenda constitucional (PEC) que crie um benefício relacionado ao tempo de serviço de juizes e membros do MP.

Membros do MP terão assistência médico-hospitalar



Foi aprovado, no dia 5 de dezembro, em segundo turno na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o PLC 78/2018, que institui a assistência médico-hospitalar para os membros do MP e para seus dependentes.

De acordo com o texto, o auxílio é entendido como “o

conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, paramédicos, farmacêuticos e odontológicos”

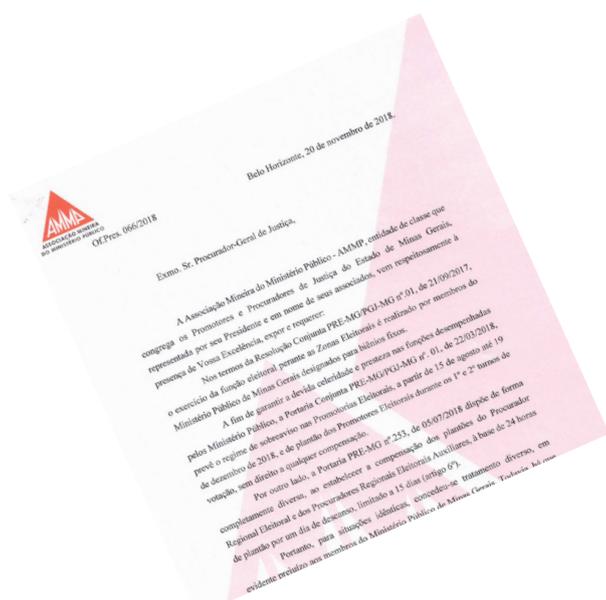
O PLC determinou que a assistência “prestada diretamente, ou, de forma indireta mediante indenização dos valores gastos, fica limitada a 10% (dez por cento) do subsídio mensal, conforme resolução do Procurador-Geral de Justiça.”

Ressalta-se que a aprovação da matéria não causará impacto no orçamento estadual, já que a despesa está prevista no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária de 2018.

AMMP mobilizada

A diretoria da AMMP acompanhou toda a tramitação do PLC 78/2018. Gostaríamos de agradecer e destacar a participação de diversos associados, que se empenharam junto aos parlamentares de suas regiões, e à Administração.

AMMP encaminha ofício ao PGJ



A Associação enviou, no dia 20 de novembro, ao Procurador-Geral de Justiça, em exercício, Darcy de Souza Filho, um ofício que aborda a compensação dos plantões dos promotores eleitorais.

No documento, a AMMP solicita ao PGJ o reconhecimento da “previsão de compensação dos plantões dos promotores eleitorais, inclusive com efeitos retroativos às eleições antecedentes, nos mesmos moldes previstos para os procuradores eleitorais, a fim de preservar a necessária isonomia”.

Para conhecimento da classe, o ofício foi enviado aos associados pelo whatsapp ainda no dia 26 de novembro. O documento também está na íntegra no site da AMMP, na seção “Institucionais”, localizada no menu “Comunicação”.

Nota AMMP: possibilidade de promotores de Justiça participarem do Conselho Superior do Ministério Público

A possibilidade de promotor de Justiça se candidatar ao cargo de membro do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) foi objeto de tese aprovada no XII Congresso Estadual do Ministério Público, promovido pela Associação Mineira do Ministério Público, nos dias 22, 23 e 24 de julho de 2016, em Belo Horizonte. Foi enviada também à Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e ao Procurador-Geral de Justiça, Moção com as conclusões da tese apresentada.

Em janeiro de 2016, a AMMP promoveu enquetes com

temas institucionais e de interesse da classe no site da instituição. Um dos objetos de discussão foi a “Participação de promotores de Justiça no Conselho Superior do Ministério Público (CSMP)”, com 84,51% de aprovação pelos votantes.

A AMMP reafirma o compromisso de defender os interesses da classe e reforça que é bem vinda qualquer iniciativa de membros para a implementação da participação de promotor de Justiça como membro do Conselho Superior do Ministério Público.

AMMP acompanha sessão no CNMP

A diretoria da AMMP, acompanhou no dia 27 de novembro, sessão no Conselho Nacional do Ministério Público, juntamente com a CONAMP.



Diretoria da AMMP participa de reunião na CONAMP

A diretoria da AMMP participou, no dia 27 de novembro, de reunião da CONAMP em Brasília para tratar de questões institucionais como auxílio-moradia, subsídio dos membros do MP e extrateto.



Diretoria da AMMP se reúne com ministro Marco Aurélio

A diretoria da AMMP, juntamente com o presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, se reuniu, no dia 27 de novembro, com o ministro Marco Aurélio do Supremo Tribunal Federal, para tratar da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5704), a qual questiona a legalidade de

dispositivo da Constituição de Minas Gerais que restringe apenas aos procuradores de Justiça a possibilidade de se candidatar para o cargo de procurador-geral de Justiça (PGJ). A ação foi movida pelo procurador-geral da República (PGR), Rodrigo Janot, a pedido da AMMP.

Membros e associados do MPMG recebem Medalha Santos Dumont

O Governo de Minas Gerais entregou, no dia 30 de outubro, na Fazenda Cabangu, a Medalha Santos Dumont a 122 pessoas entre promotores e promotoras de Justiça, procuradores e procuradoras de Justiça, desembargadores, magistrados, políticos, militares, médicos, professores, assessores e entidades. A Medalha é uma homenagem à relevância aos serviços prestados no Estado.

Confira a relação dos agraciados dos membros do MPMG

Ouro

- Darcy de Souza Filho, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - Ex-Ofício;
- Edson Ribeiro Baeta, Promotor de Justiça - Promoção;

Prata

- Cassandra da Conceição Dantas Serrão, Promotora de Justiça;
- Flávio Barra Rocha, Promotor de Justiça;
- João Cancio de Mello Junior, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (associado da AMMP);
- Paulo Roberto Rodrigues da Silva, Procurador de Justiça;

Bronze

- César Augusto dos Santos, Promotor de Justiça;

Acadêmico Luiz Alberto de Almeida Magalhães profere palestra

Acadêmico da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais e associado, Luiz Alberto de Almeida Magalhães proferiu, no dia 30 de outubro, palestra sobre "A poesia e o poeta pantaneiro Manoel de Barros".

Luiz Alberto destacou que a poesia barriana é formada por versos que evocam o passado, que trazem à tona suas lembranças enquanto menino. Nos poemas de Manoel de Barros podemos encontrar referências às cidades que fizeram parte de sua infância, e neles o poeta nos fala de seu nascimento, da criação em terras pantaneiras e dos primeiros versos inventados.



Vice-presidente da AMMP recebe medalha na ANMPM

O vice-presidente da Associação Mineira do Ministério Público, José Silvério Perdigão recebeu, no dia 26 de outubro, em Brasília, medalha alusiva aos 40 anos da Associação Nacional do Ministério Público Militar.

Diretoria visita Promotores em Sete Lagoas

A Diretoria da AMMP visitou, no dia 22 de novembro, os Promotores de Justiça de Sete Lagoas.

Escritório de Advocacia Luiz Carlos Abritta está entre os 500 melhores do Brasil

Contratado pela AMMP para fazer a defesa de membros do Ministério Público em processos envolvendo a atuação ministerial, o Escritório Luiz Carlos Abritta foi eleito como o 80º mais admirado do Brasil em 2017. A lista foi divulgada no dia 13 de novembro pela empresa Análise Editorial.

A lista, que em 2018 completou 10 anos, elege, anualmente, os 500 melhores escritórios do país por meio de pesquisa realizada com os principais responsáveis pela área jurídica das 1900 maiores empresas do Brasil.

Diretoria participa de reunião do Conselho Deliberativo da CONAMP

A diretoria da AMMP participou, no dia 7 de novembro, de reunião do Conselho Deliberativo da CONAMP, onde foram discutidas estratégias institucionais de atuação no Congresso Nacional.

Fizeram parte da pauta discussões acerca da política remuneratória de magistrados e membros do MP, regulamentação do teto do funcionalismo público, reforma da previdência, reforma do Código de Processo Penal, regulamentação do abuso de autoridade, alteração do estatuto do desarmamento, e audiências de custódia.



AMMP se reúne com senador Antonio Anastasia

A diretoria da Associação Mineira do Ministério Público reuniu, no dia 19 de novembro, com o senador Antonio Anastasia para tratar de questões institucionais.



Diretoria da AMMP visita PGJ em exercício

A diretoria da Associação Mineira do Ministério Público visitou o Procurador-Geral de Justiça em exercício de Minas Gerais, Darcy de Souza Filho.



Confraternização da seção regional de JF

No dia 24 de novembro, a seção regional de Juiz de Fora promoveu confraternização de fim de ano com muita animação e música boa.



ASSEMBLEIA GERAL – CONVOCAÇÃO

O presidente da Associação Mineira do Ministério Público convoca seus associados para a Assembleia Geral a ser realizada no dia 18 de dezembro de 2018, terça-feira, no auditório de sua sede, às 9h, em primeira convocação, e às 10h em segunda convocação, para aprovação das contas do exercício de 2016 e 2017.

Confraternização Anual de Fim de Ano fecha 2018

Aconteceu, no dia 1º de dezembro de 2018, a Confraternização Anual da AMMP, no Espaço Ilustríssimo.

A tradicional festa da Associação, mais uma vez, foi sucesso de público e crítica. Os 403 convidados iniciaram os primeiros movimentos na pista de dança com a eclética cantora Marina Araújo. Posteriormente, foi a vez da banda Mais 80 agitar a festa com o melhor do rock nacional e internacional. Para encerrar, nada melhor do que um carnaval extemporâneo com a banda Então Brilha, que agita Belo Horizonte durante o tríduo momesco.

Após a maratona festiva, os convidados receberam de presente os buquês que enfeitaram a confraternização. O ornamento, repleto de rosas, hortênsias, astromélias e orquídeas, deixou o fim de noite mais belo.





AMMP fortalece a democracia interna



Visando contribuir para a discussão de temas caros à classe, a AMMP realizou debate e entrevistas com os candidatos a Procurador-Geral de Justiça durante período eleitoral. Antônio Sérgio Tonet, o mais votado entre os representantes da lista tríplice, foi reconduzido ao cargo pelo Governador Fernando Pimentel para o biênio 2019-2020.

Como tradicionalmente acontece a cada dois anos, a Associação disponibilizou espaço em suas mídias e estrutura para a exposição de ideias e propostas. Nos dias 19 e 20 de outubro, Antônio Sérgio Tonet, Gisela Potério Santos Saldanha, Waldemar Antônio Arimateia foram recebidos em estúdio criado na sede da AMMP para a gravação de entrevistas em vídeo. O material foi disponibilizado no site da Associação na íntegra.

Ainda em outubro, foi publicado no Jornal AMMP Notí

cias outra entrevista com os postulantes, que responderam questionamentos formulados pela diretoria da Associação. Por último, foi promovido, no dia 9 de novembro, no Auditório José Diogo de Almeida Magalhães, o debate eleitoral. O programa foi transmitido ao vivo pela internet.

Por opção, Márcio Luís Chila Freyesleben não participou dos eventos eleitorais propostos pela AMMP.

Eleição

O escrutínio foi realizado no dia 13 de novembro, quando foram computados 613 votos para Antônio Sérgio Tonet; 477 para Waldemar Antônio José de Arimateia; 416 para Gisela Potério Santos Saldanha e 262 para Márcio Luís Chila Freyesleben.

A Comissão Eleitoral do MPMG foi formada pelos Procuradores de Justiça Epaminondas Fulgêncio Neto, Carlos Eduardo Mafra Cavalcanti e Edmar Augusto Gomes.

Após receber a lista tríplice, o governador Fernando Pimentel confirmou que Tonet seria reconduzido ao cargo no dia 15 de novembro. No dia 20 de novembro, foi realizada a posse oficial.

A solenidade de posse e entrada em exercício aconteceu no dia 4 de dezembro, na Sala Minas Gerais, casa da Filarmônica do Estado.

O presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, também esteve presente.

Currículo

Natural de Adamantina, Antônio Sérgio Tonet ingressou no MPMG em dezembro de 1986. Ele atuou nas comarcas de Rio Paranaíba, Frutal, Contagem e Belo Horizonte. Exerceu a função de chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça entre 2001 e 2004. Promovido a Procurador de Justiça em 2002, foi eleito para integrar o Conselho Superior do MPMG nos anos de 2006, 2008, 2011 e 2014. Foi assessor especial da Procuradoria-Geral de Justiça. Compôs a Câmara de Procuradores de Justiça nos biênios 2009/2010 e 2014/2016. Exerceu diversas funções na AMMP, entre elas, diretor de Saúde (1991 a 1993) e 1º vice-presidente (1993 a 1995). Foi eleito pelo Conselho Curador da Fundação Escola Superior do Ministério Público para ser diretor-presidente da instituição (2013/2017).



Chá das 3 Especial de Natal

Foi realizado, no dia 5 de dezembro, o Chá das 3 para pensionistas e aposentados. O último evento do ano recebeu toque especial para comemorar o período natalino.

Para encerrar a temporada do Chá das 3, a AMMP preparou uma grande confraternização em sua sede. O buffet foi cuidadosamente escolhido para abarcar delícias do Natal. A atração musical da vez foi Daniel Bravo, que, com

voz e violão, arrebatou o público com sucessos nacionais e internacionais.

A pensionista Josete Miranda de Souza, uma seguidora fiel do evento, foi só elogios ao Chá Especial de Natal. "Achei fantástico, porque esse Chá foi o mais elaborado do ano. Eu sei porque só deixo de vir quando não tem jeito. E ano que vem vou continuar vindo."



Chá das 3 de novembro traz música e animação



Foi realizado, no dia 6 de novembro, na sede da AMMP, o penúltimo Chá das 3 para aposentados e pensionistas de 2018. Evento se destacou pela atração musical.

O 11º Chá deste ano, mais uma vez, foi sucesso entre os convidados. Não bastasse a mesa repleta de delícias, os presentes receberam um extenso cardápio musical. A atração do dia, Victor Correa de Oliveira Filho, cantou e tocou hinos da música caipira brasileira. Os acordes entoados pela viola do músico alegraram o ambiente. Os mais animados se levantaram para cantar a plenos pulmões.

A apresentação se fez especial também pela relação do músico com a Associação. Ele é filho do Promotor de Justiça Victor Correa de Oliveira. "Para mim é uma grande honra tocar no tradicional Chá das 3 para pessoas que fizeram parte da história do meu pai. Espero voltar mais vezes".

Sem dor

Hospitais criam núcleos específicos para tratar a dor aguda de seus pacientes

Cerca de 80% das consultas médicas e em unidades de pronto atendimento são motivadas pela dor. Além disso, estudos mostram que a prevalência da dor aguda pode chegar a 91% em pacientes cirúrgicos e a 79% nos que tratam um câncer¹. As principais causas são problemas de coluna vertebral, cálculo renal, cólica intestinal, fraturas ósseas, cefaleias e tumores.

Apesar de ser uma questão importante na área de saúde, ainda há deficiências no seu tratamento no Brasil, principalmente em relação aos profissionais envolvidos com a questão, como médicos e enfermeiros. Segundo a médica Ana Karla Arraes, algologista e diretora clínica do Real Hospital Português, do Recife, há vários artigos científicos mostrando que os profissionais de saúde ainda têm receio de tratar o problema. “Muitas vezes, eles encaram o ‘sentir dor’ como um processo normal”, diz. “Esse sentimento deve ser sempre combatido.

Devemos estimular o uso de todos os recursos disponíveis para aliviar o sofrimento em qualquer situação.” Nesse sentido, o neurologista Daniel Ciamp, do Núcleo Avançado de Dor e Distúrbios do Movimento do Hospital Sírio-Libanês, explica que a dor não ajuda o médico em nada ao fazer o diagnóstico. “Na verdade, até piora. O paciente com dor aguda fica desconfortável, com fadiga e sem condições de relatar a história direito. Por isso, deve-se tratá-la com analgésico, enquanto se faz a investigação da sua causa.”

Ciamp alerta também que a resposta do organismo ao analgésico não revela se a dor é maligna ou benigna. Dores muito fortes, por exemplo, podem ser causadas por uma hemorragia no cérebro e serem aliviadas com medicamento, enquanto uma enxaqueca pode não diminuir mesmo com tratamento farmacológico endovenoso.

“No caso da dor aguda, nós sempre vamos atrás de uma causa, de uma doença – no tórax, infarto agudo do miocárdio; na barriga, colecistite, diverticulite ou apendicite, entre outros”, explica. Oportunidades para avanços O problema da pouca familiaridade dos profissionais da saúde com a questão começa já na sua formação. Um extenso levantamento de currículos universitários dos cursos em saúde, feito pela Sociedade Brasileira para Estudo da Dor (SBED)², mostrou que poucos deles incluem alguma disciplina sobre dor, assim como são escassos aqueles que colocam o tema na ementa de disciplinas.

“Apenas cerca de 30% dos cursos universitários em saúde

de apresentam algum tópico formal descrito nos currículos ou ementas”, conta a fisioterapeuta Juliana Barcellos, diretora financeira da SBED. Esses dados são baseados em nossas pesquisas para escrever o capítulo de educação em dor no Brasil – Tratado de Dor, 2017.

Diante disso, não é de surpreender o resultado de uma pesquisa inédita feita pela comissão de educação da Academia Brasileira de Neurologia, da qual Ciamp faz parte. No estudo, foi perguntado a neurologistas que fizeram residência médica e provas de títulos se a formação deles em dor foi adequada às suas necessidades no atendimento do dia a dia.

“O principal resultado é que mais de 35% deles disseram que sua formação ficou aquém do necessário”, conta o médico do Sírio-Libanês. “Isso com neurologistas. Imagina o médico do pronto-socorro, o emergencista, o clínico geral.” A desinformação e o medo de alguns profissionais também são fatores que devem ser levados em conta na questão do tratamento da dor aguda. “Vários deles têm receio de usar opioides como a morfina, por exemplo”, diz Ana Karla.

“Por não conhecerem bem a farmacodinâmica das drogas e não terem o treinamento adequado, ficam inseguros de prescrever, por receio dos efeitos colaterais. O uso de terapias integrativas, como fisioterapia analgésica, crio ou termoterapia, também não é difundido de forma regular, apesar de poder ajudar muito.” Efeitos negativos A formação profissional deficiente não raro leva ao tratamento inadequado do problema, o que, por sua vez, pode ter consequências sérias.

Entre elas, a transformação da dor aguda em revistamelhorespraticas.com.br 59 crônica. “Esta, ao contrário da primeira, é de difícil manejo e exige abordagem multiprofissional”, diz Juliana. “O comprometimento no quadro clínico do paciente com dor crônica vai além das complicações biológicas (lesão, infecção, inflamação). Neles, também há comprometimento psicológico (sensação de vulnerabilidade, catastrofização, medo do movimento, ansiedade, depressão, entre outros) e comprometimento social (afastamento dos amigos e do trabalho, isolamento).”

Ainda segundo Juliana, esse complexo quadro clínico gera custos elevados tanto diretamente ao paciente, com seu tratamento, que inclui medicamentos de uso contínuo, exames de alto custo (ressonância magnética,

tomografia computadorizada) e pagamentos a diferentes profissionais de saúde (médicos, fisioterapeuta, psicólogo, enfermeiro, nutricionista), como à sociedade, pela baixa produtividade no trabalho e afastamento e aposentadorias por invalidez.

Um paciente com dor aguda pode respirar de forma superficial, o que favorece o desenvolvimento de pneumonias. Ele também corre o risco de ter aumento da pressão arterial e da frequência cardíaca, o que pode levar ao aumento de sangramentos por drenos e até mesmo a infarto em pessoas suscetíveis. “Além disso, quem sofre do problema não se movimenta, fica irritado e muitas vezes não colabora com a reabilitação, o que pode aumentar o risco de trombose venosa”, explica Ana Karla do Hospital Português.

Ela alerta: “tudo isso implica em maior tempo de recuperação e, claro, grande aumento no custo da assistência devido ao tratamento das complicações, além do gasto previdenciário, pois aumenta muito o tempo de retorno ao trabalho.” O papel dos profissionais de saúde não estão sozinhos como responsáveis pelo tratamento inadequado da dor aguda. De acordo com Juliana, os próprios pacientes e familiares ou cuidadores também podem ser negligentes com o problema.

Há muitas crenças de construção social que visam minimizar a importância do seu tratamento. Algumas são “bem aceitas”, como as causadas por cólica menstrual. Muitas vezes, mulheres não consultam um médico, mas a causa das cólicas pode ser uma endometriose, cujo diagnóstico só será realizado na fase adulta, se a mulher desejar engravidar. A dor é um aviso, porém a doença evolui e o tratamento torna-se mais custoso financeiramente e emocionalmente à mulher e a seus familiares.

A falta de adesão dos pacientes ao tratamento contra a dor aguda é outro problema que ocorre com frequência. Ciamp 60 MP 2018 Assistência O ano de 2018 é o Ano Mundial de Educação em Dor, promovido mundialmente pela Associação Internacional para o Estudo da Dor [IASP, na sigla em inglês] e no Brasil pela SBED.

“O objetivo é conscientizar profissionais de saúde da importância de se aperfeiçoar no estudo e tratamento do problema, e também sobre a importância de orientar de forma construtiva os pacientes. A adesão é o comprometimento do doente com o tratamento elaborado. Compreender as etapas e os objetivos dele é fundamental para a boa adesão”, informa Juliana Barcellos, diretora da Sociedade Brasileira para Estudos da Dor. Calendário participou de uma pesquisa com pacientes que, para melhorar, precisavam tomar apenas um comprimido por dia, sem efeitos colaterais e sem grandes custos. “Mesmo assim, quase a metade – 48% – não aderiu ao tratamento”, diz.

“Quando o remédio precisa ser tomado quatro vezes por dia, o índice de adesão não chega a 20%.” Diante desse quadro, parece claro que há necessidade da atuação de uma equipe multidisciplinar de saúde bem consolidada para tratar a dor aguda e melhorar a qualidade de vida do paciente. Para Ana Karla, o maior desafio é implantar políticas eficientes no tratamento, com engajamento de toda a equipe. “Acredito que educação seja a base de qualquer estratégia”, diz. “Precisamos que as instituições de saúde e de educação preparem esses profissionais tanto para a avaliação como para a terapêutica eficiente e racional da dor. Hoje, ela deve ser avaliada regularmente como quinto sinal vital, registrada em prontuário e tratada de forma rápida e eficiente – além dos quatro tradicionais: pressão arterial, frequências cardíaca e respiratória e temperatura.”

Matéria retirada da Revista Melhores Práticas

Novos conveniados	Bairro: Santa Efigênia - Belo Horizonte - CEP: 30150-240	Bairro: Palmeiras - Ponte Nova - CEP: 35430-229	Nome: Vera Lúcia Barra Ferreira
MUDANÇA: PESSOA FÍSICA P/ JURÍDICA	Telefone: (31)3241-3468	Telefone: (31)3881-2124	Endereço: Avenida Rio Branco, 2406 Sl. 902
DE Johana Fink Salgado	Especialidade: Fisioterapia	ESPECIALIDADE: PATOLOGIA CLINICA	Bairro: Centro - Juiz De Fora - CEP: 36016-310
NOME: Natur Center Sc Ltda	Nome: Luciana Ramos Souza	Cancelamento de convênios	Telefone: (32)3215-8544
Endereço: Avenida Dom José Gaspar, 997 A	Endereço: Avenida Coronel Prates, 376	Nome: Pércia Patrícia Coelho Borges Leite	Especialidade: Ginecologia
Bairro: Coração Eucarístico - Belo Horizonte - CEP: 30535-610	Bairro: Centro - Montes Claros - CEP: 39400-104	Endereço: Rua Bernardo Guimarães, 3101 701	
Telefone: (31)2551-4335	Telefone: (38)3221-8552	Bairro: Santo Agostinho - Belo Horizonte - CEP: 30140-083	
Especialidade: Psicologia	Especialidade: Psicologia	Telefone: (31)9209-8982	
Nome: Núcleo De Fisioterapia, Acupuntura Ltda	Nome: Prev Lab Laboratório De Análise Clínica Ltda	Especialidade: Fisioterapia	
Endereço: Rua Domingos Vieira, 348 Sala 1009	Endereço: Avenida Dr Otávio Soares, 108 Sala 501		

Acordo com Ribeirão das Neves vai permitir aumento de vagas em creches municipais



Em novembro deste ano, a Promotoria de Justiça de Defesa da Criança e do Adolescente de Ribeirão das Neves, com o apoio da Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação (Proeduc), firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o município para aprimorar o atendimento educacional para crianças de zero a três anos. Inicialmente, a Prefeitura de Neves irá realizar busca ativa para diagnosticar qual a real necessidade de vagas.

O documento determinou que o município deverá realizar chamamento público para a formação do cadastro escolar da educação infantil para o ano letivo de 2019. No entanto, se não houver vagas para atender toda demanda, será constituída uma lista de espera a partir de critérios objetivos de prioridade.

O termo ainda determina que a partir de 2019, o município deverá publicar semestralmente a lista de espera atualizada no mural da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação, garantindo a publicidade das informações. Neste contexto, será criada uma central de vagas, onde deverá constar informações detalhadas sobre a disponibilidade de vagas.

A Promotora de Justiça Paloma Coutinho Carballido ressaltou que o termo visa uma transformação a longo prazo na educação infantil da cidade. “O município deve apresentar uma proposta de ampliação de vagas para o MPMG a ser implementada até 2025, orientada pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação. O déficit de vagas em creches é um problema antigo na cidade.”

Participe e compartilhe ideias!

Envie para jornalismo@ammp.org.br sugestões de matérias de ações do MPMG



Campanha de Valorização da AMMP do MPMG



Confraternização
Especial
para aposentados
e pensionistas

Opção de lazer com piscina aquecida, pista para caminhada, pesca esportiva, culinária mineira e alambique próprio.

Café da manhã, café da tarde, almoço e jantar



Apartamento triplo:
Apartamento duplo com
3 crianças (3 a 10 anos)

Apartamento duplo:
Apartamento duplo com
2 crianças (3 a 10 anos)

DE 8/02 A 10/02/2019
NO ARRAIAL DO CONTO HOTEL
E LAZER EM CORDISBURGO/MG

Reservas de hospedagem e transporte pela AMMP Turismo:

(31) 2105-4878

turismo@ammp.org.br



A necessária valorização da atividade policial para o aprimoramento da democracia



Rogério Greco

Promotor de Justiça, Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Direito; Professor de Direito Penal

O Brasil tem vivido momentos difíceis. A operação Lava Jato, que pode ser considerada como um marco ao combate à corrupção no país, mostrou o lado sujo da política nacional. Políticos inescrupulosos, que podem ser comparados aos genocidas, exterminaram, e ainda continuam exterminando, incontáveis pessoas que necessitavam do Estado. Milhares morreram por falta de medicamentos, por não terem feitos exames e cirurgias fundamentais à sua sobrevivência, que tiveram que morar em barracos em locais insalubres, que deixaram, enfim, de possuir o mínimo existencial, graças a um estado de corrupção generalizado.

Nossa Justiça Penal sempre foi seletiva. Nesses aproximadamente 30 anos de Ministério Público, quase todos eles exercendo funções à frente de pro-

motorias e procuradorias criminais, testemunhamos a facilidade de se prender um pobre, uma pessoa miserável, um socialmente excluído, e a dificuldade de se chegar a condenação e, pior ainda, fazer levar a efeito o cumprimento da pena imposta àqueles que pertencem às camadas sociais mais abastadas.

Desde o advento da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público tem melhorado significativamente, e tem procurado cumprir esse papel de tentar reduzir, ao máximo, essa seletividade. Isso se deu graças às garantias que nos foram concedidas naquele momento histórico. Não fossem a vitaliciedade, a irredutibilidade de vencimentos e, principalmente, a inamovibilidade, o Ministério Público ainda seria aquela instituição desconhecida, subserviente ao Poder Executivo, que andava vagando pelos corredores dos Palácios dos Governo em busca de alguma migalha, ou seja, uma remoção, uma promoção, um pequeno aumento nos vencimentos etc.

Quando cheguei na minha primeira Comarca, em Areado, em 1989, e fui apresentado a todos no Fórum, e conduzido ao meu local de trabalho, um pequeno gabinete no segundo andar onde eram realizadas

as audiências, todos os móveis pertenciam ao Poder Judiciário, que gentilmente os cedia aos Promotores de Justiça que para ali eram designados. Sequer havia uma máquina de escrever. Os vencimentos eram irrisórios e a inflação galopante. Ficávamos aproximadamente três meses sem receber absolutamente nada do Estado, até que fizéssemos parte, realmente, da “folha” de pagamento. Quando recebíamos, o Estado nos pagava sem qualquer correção, ou seja, era a nossa “cota de doação”, pois a inflação o corroía quase que integralmente.

Essa situação lastimável fez eclodir a primeira greve. O Ministério Público de Minas Gerais parou, para a surpresa de todos. Pessoas tiveram que suspender seus casamentos, pois não havia mais quem falasse nas habilitações; como não havia mais a figura do promotor ad hoc, criminosos tinham que ser soltos, mesmo sem o parecer oficial do Promotor de Justiça; enfim, o caos havia se instalado. Por isso, hoje em dia, quando vejo colegas criticando a greve, por exemplo, na Polícia, seja ela Civil ou Militar, a primeira lembrança que me vem à cabeça é essa, ou seja, nós já fizemos também, e não temos o direito de criticar quem as faça, pois somente quem se en-

contra na situação sabe o que efetivamente está passando. Obviamente que tudo tem limite.

Como já tínhamos adquirido as garantias constitucionais que, hoje, políticos corruptos e inescrupulosos querem nos tomar, ao falso e imoral argumento de que estamos delas abusando, simplesmente porque fazemos o nosso trabalho, independentemente de quem quer que seja a pessoa investigada, o Governo teve que ceder e nos concedeu um aumento, compatível com as atribuições do cargo. Não fossem as garantias conquistadas, estaríamos até hoje com as mãos estendidas, aguardando as esmolas de um Estado que, como qualquer outro, gostava de concentrar o poder.

A polícia, infelizmente, vem sofrendo o mesmo. Contudo, antes de enfrentar esse problema, é importante frisar que durante todos esses anos, sempre tive um apreço incondicional pela atividade policial. Sempre encarei a função policial não como coadjuvante, mas sim como uma parceira indispensável à promoção da justiça. Ministério Público e Polícia devem ser encarados como irmãos gêmeos, univitelinos. Isso não quer dizer, contudo, que irmãos tenham que pensar da mesma forma,

mas devem se ajudar mutuamente, em busca de um propósito comum. Irmãos brigam e, muitas vezes, se agridem, mas, ao final, estão abraçados e sorrindo, deixando de lado as rusgas.

Nosso sistema processual penal não permite que tenhamos outra conclusão. Por mais que sejam instituições diferentes e independentes, Polícia e Ministério Público buscam o mesmo objetivo, cada um, no entanto, exercendo um papel diferente, principalmente destacado por fases distintas, embora possam, em algumas situações, se confundir.

Infelizmente, no dia a dia, vemos um confronto, um jogo de vaidades interminável, onde cada uma das instituições se acha mais e melhor do que a outra. Com a nossa casa dividida, somente os criminosos saem ganhando. Grande parte desse problema se deve à forma desigual como a Polícia é tratada. Se, figurativamente, somos irmãos, nada justifica que um de nós tenha tratamento melhor ou pior do que o outro. Essa desigualdade será sempre uma fonte de discórdia e, conseqüentemente, terá reflexos em nossas atividades.

Nas inúmeras ocasiões em que participamos de encontros ligados à área policial e, até mesmo, oficialmente, na condição de membro do GT5, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, grupo criado com a finalidade de fazer sugestões para

valorização da polícia, evitando-se, inclusive, a sua vitimização, uma das propostas foi a fazer com que a instituição policial fosse merecedora das mesmas garantias constitucionais do Ministério Público, vale dizer, vitaliciedade, irredutibilidade de vencimentos e, principalmente, a inamovibilidade.

A história do Ministério Público comprova a importância dessas garantias. Prova disso é que, como já dissemos anteriormente, políticos corruptos querem nos toma-las, a fim de enfraquecer nossa instituição, sob o falso argumento de que temos abusado dos poderes que nos foram concedidos. Na verdade, o que realmente ocorre, é que usamos de toda "munição" para que tenhamos um país mais justo e solidário e, para isso, temos que expurgar esses parasitas sociais.

A polícia está passando pelo mesmo processo de crescimento, e temos que nos unir a ela, e não tentar impedir o seu avanço. Quando falamos em crescimento, obviamente que não estamos nos referindo à capacidade da própria polícia, que já demonstrou ser mais do que capaz de cumprir seu papel constitucional, mas sim crescimento em garantias, que lhe trarão a segurança necessária para o cumprimento do seu mister.

A inamovibilidade é uma garantia indispensável, principalmente para o cargo de delegado de polícia.

Ainda hoje se comprovam situações lastimáveis, onde delegados de polícia competentes e combativos, mesmo contra tudo e contra todos, se lançam em investigações de alta complexidade, envolvendo organizações criminosas, principalmente àquelas ligadas a políticos corruptos e, como se num "passe de mágica", são removidos de suas delegacias, sem ao menos serem oficialmente comunicados do porque dessa decisão, embora seja evidente o motivo.

Além dessas garantias, o policial deverá se sentir estimulado em seu trabalho, pois a mídia, de uma forma geral, tende a denegrir sua função. As condecorações são extremamente importantes, pois valorizam o policial, que passa a introjetar a ideia de que vem atuando corretamente, e seu comportamento é, sim, reconhecido pelos seus pares. Os EUA fazem isso com frequência e evitam distúrbios do chamado estresse pós traumático, uma vez que, tal como ocorre na cidade do Rio de Janeiro, onde o combate a traficantes é diário, isso faz com que o nível de estresse do policial seja elevadíssimo. Se seu comportamento não for reconhecido, isso o levará, em um futuro próximo, a ter esse distúrbio. Obviamente que não estamos querendo implementar a violência desmedida, mas sim reconhecer aqueles que se expõem, diariamente, em prol da sociedade. Os EUA aprenderam essa lição ao

rejeitar os combatentes do Vietnã que, ao contrário daqueles que lutaram as 1ª e 2ª guerras mundiais, foram recebidos em sua pátria com homicidas covardes, que matavam crianças, mulheres, idosos etc. fazendo com que incontáveis ex-combatentes tivessem problemas psicológicos sérios, por conta da culpa que carregavam e pela falta de reconhecimento de sua ação pela comunidade.

O governo deve reservar verbas para campanhas de promoção positiva da polícia, mostrando à sociedade a dificuldade e a nobreza da função policial. Essa campanha deve durar até que a imagem da polícia seja reconhecida pela sociedade, já que, normalmente, a mídia tende a colocar a população contra os policiais, a exemplo do que ocorre com as manchetes veiculadas, onde sempre o delinquente é tratado como vítima, e o policial com um homicida, um agressor.

Devemos entender, de uma vez por todas, que uma polícia forte, juntamente com um Ministério Público também forte, aprimorará a democracia, permitindo que as instituições sejam cada vez mais respeitadas pela sociedade, que enxergará e reconhecerá, na prática, os frutos de seus esforços conjuntos, em busca da paz social. Irmãos podem até brigar, mas o afeto recíproco sempre existirá, pelo menos é assim que achamos que deve ser.

***Os artigos publicados no AMMP Notícias não refletem a opinião da AMMP.**

“Sempre acreditei no Ministério Público constitucional, comprometido com a transformação social



Shirley Machado de Oliveira
Promotora de Justiça

1) Conte um pouco sobre sua trajetória pessoal.

Nasci em Franca, no Estado de São Paulo, mas cresci em Ibiraci, no interior de Minas Gerais, uma cidade de cerca de doze mil habitantes, margeada pelo Rio Grande e próxima à Serra da Canastra e outras inúmeras belezas naturais. Estudei nas Escolas Estaduais Dr. Antônio Carlos e Escola Estadual de Ibiraci. Trabalhei como auxiliar de fotografia e locutora de rádio. Com dezoito anos, em 1998, fui aprovada no concurso público da Prefeitura de Ibiraci para o cargo de secretária de escola. Aos dezenove passei no concurso de oficial do Ministério Público, já no segundo ano

da Faculdade de Direito de Franca/SP. Em 2006 me casei com Gilberto Florêncio Faria, grande companheiro e parceiro de vida. Em 2007 tivemos a Maria, luz que nos faz crescer a cada instante. Durante a licença maternidade, me preparei para o concurso de Analista do Ministério Público, sendo aprovada em 2007. Tomei posse em 2010. Em 2012 retomei os estudos, com grande apoio da minha família e, em 2014, passei no concurso para Promotora de Justiça, tomando posse em 21/6/16. Desde então, passei a conhecer com maior profundidade as desigualdades de Minas, mas também me deslumbrar com as riquezas das Gerais. Na região norte, trabalhei em São João da Ponte e São Romão. Em 2017, titularizei na Promotoria de Justiça de Turmalina, no Vale do Jequitinhonha.

2) A senhora trabalhava no MPMG como servidora. O que a motivou a se tornar Promotora de Justiça?

Sempre acreditei no Ministério Público constitucional, comprometido com a transformação social. Ao longo de mais

de 16 anos como servidora, pude vivenciar a importância da instituição na indução das políticas públicas, no estímulo ao desenvolvimento da Comarca, na concretização de direitos. Mas sempre nutri o sonho de ser promotora de Justiça, de atuar como agente político na defesa dos interesses sociais, sonho que me motivou a retomar os estudos.

3) A senhora, juntamente com outros órgãos da rede de proteção à mulher de Turmalina, desenvolveu um protocolo de atendimento da mulher em situação de violência. O que é possível avaliar desde a implantação do protocolo?

O protocolo surgiu da necessidade de qualificar o atendimento da mulher em situação de violência pelos órgãos da rede de proteção municipal, bem como da urgência de efetivação do atendimento articulado, em rede, como orienta a Lei Maria da Penha. A demanda ficou evidente após análise estatística dos casos de violência, bem como crime de feminicídio contra vítima que tinha em seu favor

medidas de proteção. Instaurado PROPS na Promotoria de Justiça, as reuniões iniciaram-se em abril/17. Em cada encontro, os integrantes dos órgãos passaram a compreender o papel um do outro e, inclusive, as dificuldades enfrentadas por cada setor. De forma gradativa e colaborativa, o texto do protocolo foi surgindo, bem como o desenho do fluxo de atendimento. O texto do documento foi então amplamente discutido e, após, simulado e finalmente pactuado. Atualmente, é objeto de lei já aprovada, a qual aguarda a sanção do Executivo Municipal. Em síntese, o protocolo, antes de tudo, pressupõe uma profunda compreensão de cada órgão sobre o papel dos integrantes da rede, sem o qual os encaminhamentos não seriam possíveis ou pertinentes. Além disso, o documento prevê que cada órgão, além de suas atribuições típicas, adote outras que visam garantir a integração entre eles, de modo a efetivar o atendimento em rede, como o preenchimento das fichas padronizadas de atendimento e encaminhamento. No mais, o protocolo pres-

supõe a prática da contrarreferência entre os integrantes da rede, de modo a garantir a efetividade dos atendimentos. Em síntese, independentemente da porta de entrada na rede, segundo fluxo de atendimento preestabelecido entre todos os atores, será feito o acolhimento solidário, para o qual os órgãos foram qualificados, bem como aplicadas as medidas próprias de cada setor e realizados os encaminhamentos urgentes, além do que preenchida ficha de atendimento a qual é enviada por email ao CREAS, que centraliza os dados e realiza outros encaminhamentos porventura necessários. Desta forma é possível garantir a simultaneidade entre o atendimento por qualquer órgão e o conhecimento do caso pelo CREAS, disparando ações na área social, dentre outras. Com a criação do protocolo, é possível perceber que o atendimento da mulher em situação de violência passou a ser realizado de forma mais solidária e humana, bem como, para além da repressão ao crime, permitiu a articulação das políticas públicas das áreas da social, saúde, segurança pública, educação, dentre outras, oportunizando atendimento integral à

vítima de violência e seus familiares. Como consequência, a rede pode notar maior confiança das mulheres no serviço. Ações educativas esclareceram a população sobre os tipos de violência e a existência da rede. Além disso, grupos de terapia comunitária com as vítimas permitiram estimular a autoestima das mulheres atendidas.

4) Em abril deste ano, a senhora foi responsável pela formulação de um TCT que visa o registro da cerâmica popular de Turmalina como bem cultural imaterial. Qual a importância do TCT para a comunidade local?

O termo de cooperação técnica foi celebrado entre o MPMG, através da Promotoria de Justiça de Turmalina, e a Faculdade de Direito Santo Agostinho - FADISA, de Montes Claros e parte da compreensão de que a atuação sinérgica entre o Ministério Público e academia pode contribuir com o desenvolvimento local, somado ao fato de que a cultura é um dos fatores de desenvolvimento.

A parceria surgiu após proposta de trabalho de extensão da FADISA, a qual gerou na PJ de Turmalina a instauração de um PROPS. O acordo pre-

vê que a Faculdade desenvolva pesquisa para a compreensão e descrição da cerâmica popular de Turmalina, visando à instrução do processo de registro do referido bem como patrimônio cultural imaterial do Município. Pelo Ministério Público, além de cooperar com a realização das reuniões e audiências públicas para esclarecimento das artesãs e população, bem como para colheita de dados, também cabe atuar para garantir a construção e efetivação de plano de salvaguarda do bem cultural.

O trabalho desenvolvido pela Faculdade através de alunos e professor do curso de Direito e professor de Antropologia foi realizado sem qualquer custo para o Município de Turmalina ou Ministério Público, representando contribuição técnica de que não dispunha o ente federado.

O dossiê já foi entregue e em breve será apreciado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Com o registro da cerâmica de Turmalina como bem cultural imaterial espera-se garantir o reconhecimento para as artesãs, localidade e sociedade em geral de que as peças produzidas portam conhecimentos

relacionados à identidade e à memória da população local, transmitido de geração em geração, consistindo verdadeira forma de expressão e, portanto, patrimônio cultural do Município.

Além disso, com a execução do plano de salvaguarda, cujas medidas iniciais já foram indicadas pela FADISA, buscase concretizar a proteção do referido patrimônio cultural, com fins a sua preservação para as presentes e futuras gerações.

5) Faz ou fez uso de algum serviço da AMMP?

Utilizo o plano de saúde, os serviços do departamento de turismo, os apartamentos da Associação e participo de eventos da AMMP, quando possível.

6) Qual o seu filme e livro prediletos? O que gosta de fazer nos momentos de lazer?

Meu filme predileto é "Peixe Grande". Um livro que me marcou foi "Mulheres do Deserto", de Alice Hoffman.

Nos momentos de lazer, gosto de estar com a família e amigos, cozinhar, ler, escrever, tocar violão e também de fazer trekking.

AMMP participa de Torneio Nacional de Futebol

Entre os dias 15 e 18 de novembro, a AMMP participou do XVII Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público. A Associação levou quatro times para disputar todas as categorias do certame realizado em Dourados do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre.

As melhores participações foram registradas pelo Master e Sênior, que buscaram o quarto lugar. No Master, o escrete mineiro foi derrotado pelo Rio Grande do Sul na disputa pela terceira colocação. Já o plantel dos mais experientes foi batido por São Paulo no embate pelo pódio.

Na categoria Super Master, o time mineiro foi até as quartas de final, quando foi derrotado por Santa Catarina. A classe Força Livre, também parou nas quartas, ao ser batida por São Paulo, nos pênaltis.

Eterna campeã

A AMMP contabiliza seis títulos nacionais somadas as categorias Master Super Master.

